

O primeiro objetivo deste número é contribuir para trazer alguma visibilidade e, esperamos, compreensão, ao impasse que à escala mundial pesa sobre o mais antigo conflito colonial em África.

As políticas de impasse num conflito com mais de quarenta anos não implicam apenas um arrastamento de reuniões e resoluções nos edifícios com ar condicionado das Nações Unidas. Impactam igualmente uma população – a saharai – que vive dividida por um muro militar de 2 720 km: nos campos de refugiados no sul da Argélia, nos territórios libertados sob controlo da RASD (República Árabe Saharaui Democrática), na chamada “prisão a céu aberto” sob ocupação marroquina, na diáspora em busca de trabalho e/ou em fuga.

Durante a última década mesmo a perceção da opinião pública sobre este impasse tendeu a diminuir – por raridade de desenvolvimentos noticiáveis e pela ação combinada do filtro de Marrocos, que os *media* dominantes nos estados europeus em geral seguem. Nesta parte do mundo não são notícia as violações quotidianas da Convenção de Genebra, da Convenção contra a tortura e maus tratos, das resoluções das Nações Unidas, do Tribunal Internacional e do Tribunal de Justiça Europeia.

O critério seguido foi simples: mobilizamos especialistas das políticas externas dos estados e organizações multilaterais que intervêm diretamente no conflito (os chamados atores diretos), dos principais aliados desses estados (atores indiretos) e de algumas das potências emergentes que “observam”, com maior ou menor abstinência de atos.

A complexidade e a duração deste conflito justificaram que, para casos como o dos Estados Unidos e a China, se apresentasse aqui mais do que uma síntese. Como se verá, os artigos de J. Smith/Zoubir tratam diferentes dimensões da política americana, habitualmente com interesses contraditórios. Também os dois artigos sobre o estado desta questão na China focam diferentemente o mundo chinês – da visibilidade académica aos interesses comerciais dominantes. Em contrapartida, para outros casos – como os de alguns dos principais aliados europeus de Marrocos (França ou a Espanha) – certamente se nota a falta de um tratamento especial, complementar ao que se apresenta sobre o conjunto da União Europeia.

Uma coisa é certa: não se procurou nem resultou deste critério qualquer uniformidade de posições relativamente a este conflito por parte dos especialistas convidados. Em alguns artigos, como por exemplo, os relativos às políticas mexicanas ou angolanas, o ponto de vista adotado aproxima-se mesmo da *real politik* que o esforço editorial deste número pretende confrontar. Mas a intenção era essa porque denunciar o impasse implicava trazer à luz o que o explica. Voluntária ou involuntariamente, os nossos autores assim procederam.

A última secção do dossier cumpre um segundo objetivo: inventariar a pequena caixa negra das políticas dos países da CPLP. Uma imagem exagerada? É conhecido o apoio

de Angola e de Timor, por exemplo – mas como tem evoluído e como se tem traduzido? Relativamente a Portugal, é também conhecido o paralelismo que a sua situação de ex-metrópole em Timor teve com a de Espanha no Saara, no mesmo ano de 1975. Mas há um conhecimento público deficiente sobre o contexto dos interesses e das políticas portuguesas – muito diferentes nos dois casos – ao longo das décadas seguintes. O mesmo se pode dizer relativamente às posições e ambiguidades do Brasil, que atravessam vários regimes.

Dois pequenos esclarecimentos sobre outras particularidades deste número.

Contrariamente ao que é prática na *Africana Studia*, a secção de debate (Problemáticas) tem relação com o tema do dossier. Não tratando diretamente da diplomacia das potências, foca-se em outras dimensões da realidade saharai: na sua organização política e do estado da opinião pública. Invertemos assim a ordem de apresentação desta secção, que habitualmente segue a entrevista. De novo se poderá ver, especialmente no artigo sobre os textos constitucionais saharai a pluralidade de opiniões aqui reunidas.

A entrevista que habitualmente publicamos na sequência dos *dossiers* propõe-se contribuir trazendo testemunhos de investigadores ou de fontes primárias. Neste número incluímos duas entrevistas. Não pareceu exagerado dar a conhecer duas organizações que por mais desconhecidas e inverosímeis que possam parecer a norte do Mediterrâneo são reais no Saara ocidental: o seu parlamento e a sua central sindical. Ambas mostram que a geopolítica e os interesses “económicos” não têm de nenhuma forma enfraquecido a vontade do povo saharai, que nos territórios ocupados resistem de forma não violenta respeitando o acordo de cessar-fogo desde 1991.

Esta nota editorial cumpre um terceiro objetivo, puramente interno: relembrar um investigador português, prematuramente falecido no ano de arranque deste projeto editorial. Presente nas fases iniciais deste trabalho, sempre ativo em muitos outros, Jaime Guedes (1960-2018) colaborou muitas vezes com a *Africana Studia*. Não podemos aqui prestar mais do que uma breve evocação a um lúcido e generoso observador *participante*, que com conhecimento do terreno testemunhou muitas vezes as realidades que aqui se descrevem.

**Isabel Lourenço\***  
**Maciel Santos\*\***

---

\* CEaup.

\*\* CEaup.